

Resta só um impasse: Congresso funciona?

Acabou o impasse em torno da soberania da Constituinte, objeto do polêmico parágrafo 7 do artigo 57 do substitutivo Fernando Henrique Cardoso. Numa ligação interurbana para Salvador, onde se encontrava ontem o deputado José Lourenço, o líder peemedebista Luiz Henrique ouviu do colega que o PFL aceita os termos da emenda Maurílio Ferreira Lima, que dá poderes à Assembleia para revogar atos que venham a prejudicar os seus trabalhos.

A informação é de um destacado integrante do "grupo xilita" do PMDB, ao adiantar que o único obstáculo que subsiste para a aprovação do regimento é o problema do funcionamento das duas Casas do Congresso durante o período de elaboração da nova Carta Magna.

Ainda assim, este peemedebista acredita na iminência de um acordo, entre hoje e amanhã, que possibilite a votação do regimento até a próxima quarta-feira.

Como os pefelistas cederam na questão da soberania, o parlamentar admite que o seu partido poderá aceitar o funcionamento parcial do Congresso em dias pré-fixados e em horários que não prejudiquem os trabalhos da Constituinte.

O PFL, de acordo com o "xilita", está insistindo na realização de pelo menos duas sessões ordinárias da Câmara e do Senado a cada semana, além da convocação de reuniões extraordinárias para tratar de assuntos urgentes e relevantes. No PMDB, as restrições contra a ideia envolvem um grupo significativo que inclui desde o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, até os líderes Luiz Henrique e Fernando Henrique Cardoso, passando pela esquerda do partido.

Diante da ameaça do PFL e do PDS de forçar a abertura da sessão da Câmara amanhã, contudo, a cúpula peemedebista já decidiu negociar a questão. Hoje à noite mesmo, logo

que chegar a Brasília, o deputado Ulysses Guimarães deverá manter contatos para definir o assunto.

O mais provável, conforme um deputado ligado ao presidente peemedebista, é que ele se antecipe à Frente Liberal e convoque sessão ordinária da Câmara para as 13 horas, fechando-a logo em seguida sob o argumento de que a Constituinte tem precedência e precisará do plenário para reunir-se. Uma nova sessão extraordinária poderá ser convocada para as 18:30 h, a exemplo do que ocorrerá no Senado.

Enquanto isso, as lideranças do PMDB ganham tempo para negociar com o PFL e PDS as questões paralelas que dizem respeito ao assunto. O partido já decidiu que fará concessões e não será intransigente na defesa da Constituinte exclusiva, mas pretende impor condições com a desativação das comissões da Câmara e do Senado durante este ano e a limitação da apresentação de projetos por iniciativa parlamentar.